



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE NA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 10/19, PARA APURAR OS IMPACTOS NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DO DESPEJO DE REJEITOS DE MINERAÇÃO NO RIO PARAÓPEBA, OCASIONADO PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO CÓRREGO DO FEIJÃO DA COMPANHIA VALE, NA CIDADE DE BRUMADINHO - MG, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 10h30min do dia 6/8/19, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Edmar Branco e com a presença da vereadora Bella Gonçalves e dos vereadores Irlan Melo e Gabriel, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, constituída com base na aprovação do Requerimento nº 10/19, para “apurar os impactos no abastecimento de água na cidade de Belo Horizonte pela ocorrência do despejo de rejeitos de mineração no Rio Paraopeba, ocasionados pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão da Companhia Vale, na cidade de Brumadinho - MG”. O referido requerimento teve a autoria das vereadoras e dos vereadores Bim da Ambulância, Pedro Bueno, Arnaldo Godoy, Bella Gonçalves, Carlos Henrique, Catatau do Povo, Cida Falabella, Cláudio Duarte, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Fernando Borja, Gabriel, Gilson Reis, Hélio da Farmácia, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Professor Juliano Lopes, Marilda Portela, Mateus Simões, Pedrão do Depósito, Pedro Patrus e Maninho Félix.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação da ata da 18ª Reunião, realizada em 23/7/19, o presidente comunicou sua aprovação nos termos regimentais. Inverteu a ordem de apreciação dos itens da Ordem de Trabalho para deliberar primeiramente sobre as proposições. Desculpou-se com Marcelo Belisário Campos pelo fato de não ter havido quórum na CPI, no horário em que fez sua apresentação. Justificou sua ausência e de outros membros da CPI, dizendo que os vereadores têm tido muitas atividades e não puderam estar presente às 9 horas. Considerou a exposição de Marcelo Campos pertinente ao tema e sugeriu que ele retornasse à CMBH para reproduzir sua apresentação com maior detalhamento das alternativas de tratamento de água contaminada. Sugeriu, para isso, a realização de um seminário, uma vez que o prazo de instrução da CPI está se esgotando. II - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 925/19 - solicitação de informação quanto “às denúncias de eventual contaminação da água armazenada pela COPASA em cisterna localizada muito próxima ao leito do Rio Paraopeba, sendo possivelmente afetada pelos rejeitos da mineração, além de possível associação deste fato aos recentes casos de desabastecimento hídrico de diversos municípios da região metropolitana”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves e vereadores Edmar Branco, Gabriel e Irlan Melo. Aprovado por unanimidade. 2) Requerimento de Comissão nº 926/19 - solicitação de juntada aos autos da CPI Barragens da correspondência eletrônica encaminhada por Benedito Rocha, que “contém texto e imagens, que veicula indícios de riscos a estruturas de tratamento e condução de água da Copasa em caso de rompimento de barragens das mineradoras AngloGold Ashanti e Vale



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

S/A, com possibilidade de interrupção do abastecimento público de água e contaminação hídrica, entre outras informações, afetas à Região Metropolitana de Belo Horizonte e à Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves e vereadores Edmar Branco, Gabriel e Irlan Melo. Aprovado por unanimidade. Não foi dada ciência à resposta do Requerimento de Comissão nº 176/19, que ficou adiada para a próxima reunião da CPI. II - Oitiva de Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas. O presidente convidou o secretário para tomar assento à mesa. O vereador Irlan Melo agradeceu a presença de Marcelo Campos na CPI e afirmou que, embora tivesse sido ouvido de modo informal, suas explicações técnicas podem contribuir significativamente para minimizar os riscos de desabastecimento, especialmente se o Município incorporar algumas das técnicas mencionadas. Elogiou a disposição de Marcelo Campos para discutir o tema, vindo de São Paulo especialmente para atender a solicitação da CPI. Solicitou ao secretário de Estado Marco Barcelos que avaliasse a possibilidade de serem aproveitadas algumas das sugestões expostas por Marcelo Campos para diminuir os riscos de desabastecimento de água potável na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Marcelo Campos convidou os vereadores da CPI e o secretário de Estado Marco Aurélio Barcelos para visitarem estações de tratamento colocadas em operação pela empresa que representa, no Rio de Janeiro, como o Piscinão de Ramos, e também em Santos Dumont. O secretário de Estado Marco Aurélio Barcelos cumprimentou os integrantes da CPI pelo empenho em buscar soluções que possam assegurar o abastecimento de água na RMBH. Ressaltou que, pessoalmente, se preocupa com esse risco, pois também é usuário do sistema de abastecimento, além de possuir a

Edmar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

responsabilidade do cargo público que ocupa. Pediu desculpas à CPI pelo mal entendido que o impossibilitou de estar presente no primeiro convite. Explicou que os servidores tiveram dificuldades para localizar o convite devido a tumulto na administração estadual gerado pela reforma administrativa. Declarou que o governo do Estado se esforça para minimizar os efeitos negativos do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão relativos à perda de vidas e também de outros provocados na RMBH, como o da regularização da captação de água no Rio Paraopeba. Disse que talvez as ações do governo estadual relativas ao abastecimento de água da RMBH não se apresentem tão contundentes à população por esse serviço ser prestado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa. Afirmou que foi assinado um termo de compromisso na Justiça, com a participação do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, no qual uma empresa de engenharia foi indicada para construir uma nova fonte de captação da água do Rio Paraopeba, à montante do local onde ocorreu a contaminação por rejeitos da Mina do Córrego do Feijão. Esclareceu que, em conversa com o presidente da Copasa, foi informado de que a previsão de término dessa obra é setembro de 2020 e que, com o funcionamento dessa captação, a água bombeada seria suficiente para repor a outra fonte de captação paralisada desde o rompimento da barragem em Brumadinho. Disse que o projeto para a realização da nova fonte de captação está concluído e que, mensalmente, ocorrem reuniões com a Copasa, a Vale S.A. e a empresa de engenharia responsável pela obra. Informou que as áreas a serem utilizadas na implementação dessa nova captação no Rio Paraopeba já foram declaradas de utilidade pública pelo Estado e já tiveram as licenças ambientais concedidas. Enfatizou que, sendo cumprido o cronograma da obra, não deverá



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existir perigo de desabastecimento de água potável na RMBH. Ponderou que fatores naturais podem interferir nesse processo, citando uma eventual apuração no volume pluviométrico de 2020 semelhante aos índices registrados em 2014 e 2015. Informou que, diante de um resultado ruim como esse, conforme conversara com o presidente da Copasa, será inevitável a adoção do racionamento no fornecimento de água potável na RMBH, nos meses de junho a setembro de 2020. Enfatizou que essa situação hipotética e drástica só ocorreria se forem reproduzidos os índices de chuva de 2014 e 2015, considerados os piores nos últimos 70 anos de registros. Lembrou que, se o volume de chuva for o mesmo do ano de 2018, as obras por si reporiam a capacidade de vazão necessária para a demanda de água para a RMBH. Informou que a Defesa Civil do Estado monitora as condições de estabilidade das barragens classificadas no risco nível 3, tudo no intuito de prevenir danos e para exigir das mineradoras medidas corretivas ao risco de rompimento. Informou que o Comitê Gestor Pró-Brumadinho se reúne regularmente e discute ações que possam ser adotadas em eventual rompimento de alguma dessas barragens classificadas no nível 3. Disse que a população da RMBH não precisa ficar desesperada em razão de risco de rompimento de novas barragens de rejeitos da mineração, pois várias ações têm sido tomadas por órgãos do Estado para evitar rompimento. Afirmou que a Copasa, a Defesa Civil, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e o Comitê Gestor Pró-Brumadinho estão agindo de modo conjunto para minimizar riscos e proteger a população. Disse que os órgãos dos poderes Legislativo e Executivo das três entidades federativas precisam se unir nas ações que visam impedir novo rompimento de barragens de rejeitos de minério. Disse que o governo do Estado de Minas Gerais está à



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

disposição do Município para buscar soluções que evitem novas tragédias dessa natureza.

O presidente disse que as declarações proferidas pelo secretário de Estado transmitem certo conforto, contudo, não as considerou suficientes para evitar um possível racionamento de água na RMBH, se tivermos um regime de chuva baixo neste final de 2019 e não for cumprido o prazo de entrega, até setembro de 2020, da obra da nova captação no Rio Paraopeba. Manifestou-se pessimista em relação à questão, por desconhecer ações complementares do governo do Estado para assegurar o abastecimento de água na RMBH diante do risco de rompimento de barragens de mineração existentes na bacia do Rio das Velhas. Lembrou que o fato de não existirem reservatórios de água nessa bacia torna essa probabilidade de risco ainda maior, pois a contaminação da água provocará, em Belo Horizonte, o rodízio no fornecimento de água e, em outros Municípios da RMBH, a falta de água. Disse que essa situação de risco deixa os vereadores da CPI apreensivos e tem levado a CPI a divulgar à população esses riscos e sensibilizar as autoridades competentes para executarem ações preventivas. Marco Aurélio Barcelos, indagado pelo vereador Irlan Melo, informou que, após a reforma administrativa do Estado, responde pela Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra. O vereador Irlan Melo indagou se a Seinfra possui algum planejamento para atender eventual interrupção na captação de água do Rio das Velhas, em decorrência do rompimento das barragens “bombas relógio” Maravilha I e Maravilha III. Disse que representante da Vale S.A., em depoimento nesta CPI, anunciou o compromisso de realizar obras de contenção em alguns pontos do curso do rio para evitar o curso da lama em direção ao Rio das Velhas. Avaliou que essa medida não seria suficiente para evitar a contaminação das águas do Rio das Velhas. O secretário Marco Aurélio

Emat



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Barcelos explicou que a Seinfra não possui competência administrativa para executar obras de infraestrutura no abastecimento e saneamento em Belo Horizonte. Acrescentou que essa função é da Copasa, que firma contratos de concessão com os Municípios. Lembrou que a Seinfra sequer mantém vinculação com a Copasa na atual estrutura da organização administrativa do Estado. Disse que a Copasa está vinculada administrativamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede, a quem compete elaborar a ação política na área de abastecimento e saneamento. Disse não saber quais são as ações da Copasa para opor-se a esse risco, embora o Estado se preocupe com ele. Elencou serem ações efetivas do Estado para minimizar os riscos de abastecimento de água: 1) concentração de esforços para que a obra da nova captação no Rio Paraopeba seja entregue no prazo marcado; 2) monitoramento das barragens de rejeitos de minério com riscos de rompimento e que podem afetar as fontes de água utilizadas no abastecimento da RMBH. O secretário Marco Aurélio Barcelos, respondendo a indagação do vereador Irlan Melo, afirmou que a Seinfra possui assento a uma cadeira do Comitê Gestor Pró-Brumadinho. O vereador Irlan Melo informou que, conforme o Ofício nº 53/2019, da Seinfra, a Advocacia-Geral do Estado demandou em ação judicial, com pedido de tutela de urgência, que a Vale S.A. realizasse a construção da nova captação de água no Rio Paraopeba e, também, que procedesse à “instalação de comportas ensacadeiras para a proteção da elevatória de água bruta na captação de Bela Fama”, fixando o prazo para a conclusão dessa obra em 60 dias, que expiraria em julho 2019. Perguntou ao secretário de Estado se tinha conhecimento do cronograma dessa obra. O secretário Marco Aurélio Barcelos disse não possuir informações sobre essa obra e indicou a Copasa para prestá-las. O vereador Irlan Melo

(Assinatura)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

indagou se a Seinfra tinha informações sobre o andamento da obra de captação de água no Ribeiro Macaúbas, que seria custeada pela Vale S.A. O secretário Marco Aurélio Barcelos disse ter conhecimento dessa ação e declarou que, caso a execução da obra não seja empreendida pela Vale S.A., a Copasa poderá providenciá-la e, posteriormente, solicitar o ressarcimento do valor perante o Judiciário. O vereador Irlan Melo indagou ao secretário se saberia informar sobre a possibilidade de reabertura da fonte de captação do Rio Paraopeba interrompida após o vazamento de lama em Brumadinho. O secretário Marco Aurélio Barcelos disse não poder afirmar quanto a essa viabilidade e ponderou que talvez não seja possível fazer a reabertura da captação neste momento, em razão de os usuários não se sentirem seguros com o tratamento da água cuja origem fora contaminada por resíduos da mineração, à semelhança do que ocorreu com os usuários de Mariana. O vereador Irlan Melo reiterou pedido para que o Estado de Minas Gerais avalie a adoção do sistema de flotação para o tratamento de água, conforme apresentado por Marcelo Campos. Disse que esse sistema seria viável na captação do ponto do Rio Paraopeba que hoje está interrompido. Lembrou que essa obra de captação, hoje paralisada, teve um custo expressivo de aproximadamente R\$128 milhões e que a água desse ponto do rio poderia ser aproveitada se for utilizado algum procedimento para tratá-la. Pediu ao governo do Estado que realize testes quanto a essa viabilidade e aceite a oferta da DT Engenharia e Empreendimentos Ltda. ou de outra empresa para promover testes na água. Manifestou preocupação com a possibilidade de faltar água em Belo Horizonte, inclusive fora do período apontado por técnicos da Copasa, junho a setembro de 2020. Afirmou que em julho deste ano houve precipitação zero de chuva, comparado com o mesmo mês do ano de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2018, o que sugere a falta de água em Belo Horizonte já a partir de março de 2020.

O secretário Marco Aurélio Barcelos disse compreender toda a apreensão dos vereadores e dos belo-horizontinos. Propôs a criação de um grupo de trabalho, do qual possam participar vários órgãos do Estado e um representante da CMBH, com reuniões mensais e atribuições que incluíssem o acompanhamento das ações direcionadas à questão do abastecimento de água na RMBH. O vereador Gabriel manifestou-se favoravelmente à proposta do secretário de Estado e sugeriu o nome do vereador Irlan Melo. O presidente considerou positiva a proposta do secretário de Estado, mas lembrou que a indicação deve ser feita pela presidente Nely Aquino, argumentando ainda o fato de que a CPI já está em sua fase final de encerramento dos trabalhos. O vereador Irlan Melo pediu licença para se retirar da reunião, alegando ter outro compromisso, e solicitou ao presidente que fossem enviados a ele, até o dia 13/8, os documentos que a CPI vier a receber em resposta a requerimentos da comissão aprovados. Lembrou que tem até o dia 20/8 para apresentar o relatório final. O presidente disse haver acordo entre os membros para que todos os documentos e respostas a requerimentos da comissão ainda pendentes sejam encaminhados ao relator até o dia 13/8 e reiterou essa orientação aos membros. O secretário do Estado Marco Aurélio Barcelos reiterou seus cumprimentos aos vereadores da CPI pelo bom trabalho realizado e a preocupação em buscar soluções que evitem eventual desabastecimento de água na RMBH. Afirmou que esse empenho da CPI contribuiu para que o Estado envidasse esforços para acudir essa demanda. Considerou importante que os poderes das entidades federativas se aproximem mais, especialmente a CMBH e o governo do Estado de Minas Gerais, para efetivarem ações que são objeto da CPI. O presidente convidou todos a

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participarem da próxima reunião, dia 12/8, às 9h30min, quando será ouvido o senador Carlos Viana e informou que não haverá reunião no dia 13/8. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu a todos pela presença e declarou encerrados os trabalhos às 11h13min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA

(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)

distribuída em avulso, no dia 20/8/19, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.

21/8/19

Presidenta/Presidente